

GRUPO I

Leia atentamente os documentos 1 e 2.

Documento 1 - Debate sobre a proposta de lei relativa ao I Plano de Fomento - perspetiva do deputado Jacinto Ferreira (4 de dezembro de 1952)

É preciso distinguir entre plano de fomento e plano de obras públicas, porque nem toda a obra pública é obra de fomento [...]. A introdução de novas técnicas, de novas normas de vida, de diferente orientação, de uma mentalidade nova em muitos setores da atividade nacional, isso seria de certeza uma fonte magnífica de fomento [...]. Citando a Câmara Corporativa, o documento em apreciação é mais um plano de obras de fomento do que um plano de fomento [...].

Um reparo que o plano me suscita é a falta de sentido da unidade da nação portuguesa [...]. Seria esplêndido que se aproveitasse a oportunidade para abater as barreiras alfandegárias entre as diversas províncias de Portugal [...]. O plano mostra-se, pelo contrário, fracionado e os territórios ultramarinos são nele considerados cada um à sua parte, em oposição ao espírito de unidade que conviria vincar [...]. Este plano revela-se elaborado sob o signo da angústia que causa a muita gente o aumento constante da população portuguesa e sob o império da necessidade urgente de proporcionar trabalho a todos [...].

Anuncia o plano que será gasta uma verba elevada em escolas técnicas [...]. Parece-nos que a verba a despende teria melhor aplicação se fosse incluída numa remodelação das nossas instalações de ensino científico, técnico e cultural. [...]. De resto, não se compreende a que título se inclui a construção de escolas comerciais num plano de fomento puramente industrial. [...]

Neste plano, uma boa parte da verba a despende é destinada à agricultura. Pois, apesar disso e de sermos um país que continua a ter na agricultura a sua maior riqueza, a parte do relatório que lhe é dedicada não excede a décima parte das considerações totais. [...] Gera-se no meu espírito uma grande interrogação sobre a conveniência de, nesta idade do Mundo, caminhar para uma elevada industrialização, deixando em plano secundário o progresso agrícola. [...]. Eu não me insurjo contra a industrialização; insurjo-me, sim, contra o desinteresse a que, num plano de fomento, é votada a agricultura.

Documento 2 - Debate sobre a proposta de lei relativa ao I Plano de Fomento - perspetiva do deputado Proença Duarte (5 de dezembro de 1952)

O Governo da Revolução Nacional apresenta ao País um plano de fomento, ou seja, um conjunto orgânico e sistematizado de realizações extraordinárias a levar a efeito durante um período de tempo predeterminado. [...]. Contempla o plano, simultânea e articuladamente, a economia metropolitana e as economias das províncias ultramarinas. A uma e a outras dá tratamento de igualdade, considerando-as como um todo indivisível, o que está de harmonia com os interesses da Nação, com os preceitos constitucionais, com as exigências da economia mundial, com a interdependência das economias nacionais e com a nossa tradição colonizadora. [...]

A agricultura, sendo enumerada em primeiro lugar no plano para o continente e ilhas, sob o ponto de vista de dotações financeiras, aparece em último lugar [...]. Aparecem em segundo lugar os investimentos na indústria. [...]. É manifesto que a mais saliente determinante dos empreendimentos industriais selecionados foi a da utilização das nossas matérias-primas pelos aproveitamentos hidroelétricos e pelas indústrias de base. Parece-me só haver que louvar a orientação seguida. [...]

Sobre escolas técnicas, inscreve-se no plano uma verba de certo vulto a repartir pela conclusão de obras em curso e pela construção de obras novas. É bem sensível a necessidade de criar no País uma rede de escolas para o ensino técnico elementar. [...] A modificação para melhor do rendimento do trabalho nacional pode depender em boa parte da criação dessa rede de escolas técnicas elementares.

1. **Compare** as duas perspetivas acerca do Plano de Fomento, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três aspetos em que se opõem.

Grupo II

O IMOBILISMO POLÍTICO DE SALAZAR APÓS 1945

Documento 1- Salazar e as eleições legislativas de 18 de novembro de 1945

Continuo a considerar perigosa em Portugal aquela democracia que toma a forma de um parlamentarismo partidário [...] O meu horror a essa espécie de democracia não mudou. [...]

A Constituição foi revista por uma Câmara que para esse efeito tinha [...] poderes constituintes. Uma das modificações introduzidas foi a do aumento do número de deputados [...]. O Governo entendeu que, publicando esta alteração, não poderia continuar a funcionar a Assembleia Nacional e propôs ao Chefe de Estado a sua dissolução e conseqüentemente novas eleições. [...] Não fazemos eleições por ser moda, porque no-las aconselham ou imponham, mas quando constitucionalmente as devemos fazer [...]. A novidade está agora apenas em que a lei eleitoral prevê, em vez de um círculo único, tantos círculos quantos os distritos e quantas as colónias.

[...]. Temos a oportunidade de, sem renunciar aos princípios fundamentais da Revolução Nacional, bater o próprio terreno do adversário. [...]. As oposições não só podiam ir às urnas livremente, como se lhes deu inteira liberdade para defenderem as suas candidaturas e criticarem a obra do Governo.

Documento 2- O Movimento de Unidade Democrática (MUD) e as eleições legislativas de 18 de novembro de 1945

Ao iniciar-se o nosso movimento cívico, encontrávamo-nos em presença de uma nova lei eleitoral que tinha tornado possível, em teoria, a eleição de deputados da oposição; Salazar confirmou a intenção do governo de aceitar a discussão pública dos seus atos e de proceder a eleições em que o povo manifestasse livremente a sua vontade. [...]

Com a promulgação da lei eleitoral e dos diplomas anunciados, procurava-se obedecer às exigências do chamado «clima» favorável às democracias para que o país pudesse figurar na comunidade internacional sem o aspeto gritante e desconcertante de sobrevivência de sistemas banidos do convívio mundial.

O problema consistia em saber se a obediência às exigências do tai «clima» era apenas formal ou se iria a ponto de permitir uma verdadeira readaptação do país às instituições democráticas.

Acumularam-se factos sobre factos demonstrando que o Governo não quer realmente competir nas urnas com a oposição. [...]. Salvo erro, começaram por uma intervenção da polícia em certos locais em que se encontravam listas para assinaturas de adesão. Foi o começo da intimidação. [...] A censura agravada tem sido um dos mais poderosos elementos de pressão governativa.

1. **Compare**, relativamente às eleições legislativas de 18 de novembro de 1945, a perspetiva expressa no documento 1 com a perspetiva expressa no documento 2, quanto a três aspetos em que se opõem.

Grupo I

Correção

Descritores específicos

2. Comparação clara das duas perspetivas acerca do I Plano de Fomento, referindo três dos seguintes aspetos em que se opõem:

a) enquanto no documento 3 - perspetiva do deputado Jacinto Ferreira - se refere que o plano em ar lise é mais um plano de obras públicas do que um verdadeiro plano de fomento, no documento 4 - perspetiva do deputado Proença Duarte - defende-se que se trata de um verdadeiro plano de fomento, ou seja, «um conjunto orgânico e sistematizado de realizações extraordinárias a levar a efeito durante um período de tempo predeterminado»;

b) enquanto no documento 3 se refere que o plano revela «falta de sentido da unidade da nação portuguesa» por se tratarem separadamente a metrópole e as colónias, no documento 4 exprime-se a ideia de que o plano contempla, «simultânea e articuladamente, a economia metropolitana e as economias das províncias ultramarinas», «de harmonia com os interesses da Nação»;

c) enquanto no documento 3 se considera dispensável a inclusão no plano de verbas para a criação de escolas técnicas, no documento 4 louva-se essa decisão, porque «é bem sensível a necessidade de criar no País uma rede de escolas para o ensino técnico»;

enquanto no documento 3 se considera que «uma boa parte da verba a despender é destinada a agricultura», o documento 4 considera que «a agricultura, sendo enumerada em primeiro lugar no plano para o continente e ilhas, sob o ponto de vista de dotações financeiras, aparece em último lugar

- enquanto no documento 3 se critica o plano de fomento porque é «puramente industrial», «deixando em plano secundário o progresso agrícola», apesar de «sermos um país que continua a ter na agricultura a sua maior riqueza», o documento 4 louva a orientação seguida quanto aos investimentos na indústria.

3. Interpretação completa dos documentos, por referência ao solicitado.

4. Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina.

Comentário

Já não podem restar dúvidas de que este tipo de questão assumiu carácter institucional no presente modelo de prova. E ainda bem porque é uma questão que vale 30 pontos e que motiva uma resposta normalmente de muito fácil elaboração. Com efeito, os alunos já sabem que os documentos que a suportam apresentam perspetivas antagónicas sobre determinado assunto indicado nos respetivos títulos e que, na prática, lhes vai ser pedido para esclarecerem esse antagonismo.

A propósito da questão que comentamos, quando se olha para os dois textos que a suportam, os alunos podem ficar assustados com a sua extensão. Nós achamos que, pelo contrário, devem ficar satisfeitos com tanta informação. É que, quanto mais for a informação, muitos mais serão os elementos que documentem as diferentes perspetivas em comparação.

E assim é neste caso. As diferentes perspetivas acerca do I Plano de Fomento são expressas nestes dois excertos do Diário das Sessões de 5 e 6 de dezembro, com muita abundância, de forma muito objetiva e muito fácil de identificar.

Mas temos de voltar a fazer referência à forma de responder a este tipo de questão. Os descritores de correção das provas em que ela apareceu, até 2010, sugeriam o tratamento global e separado da informação de cada um dos documentos em análise, resultando, no final, o relato das diferentes perspetivas, tal como era solicitado. Porém, em 2011, passaram a apresentar os elementos em comparação (em confrontação, continuamos nós a preferir dizer), aspeto por aspeto de cada um dos documentos, tal como ocorre na presente prova.

Relativamente a esta prova, somos levados a alterar a nossa posição. É certo que continua a não haver indicações sobre a forma que deve ser dada à resposta, além da sugestão constante nos descritores de correção, mas também é certo que, desta vez, a forma da questão foi alterada. Este

ano, aparece uma clara indicação para abordar "três dos aspetos" em que as duas perspetivas se opõem. Assim, continuamos a entender que nada pode obrigar os alunos a confrontarem os aspetos separadamente, alternando entre o documento 3 e documento 4; continuamos a defender que a resposta pode ser organizada, referindo, primeiro os três aspetos de um documento e, depois, os três aspetos do outro, sem qualquer prejuízo na sua cotação. Ainda assim, vamos organizar esta nossa resposta como é indicado pelos descritores e sugerimos aos alunos que assim passem a proceder.

Uma proposta de resolução

O debate sobre a proposta de lei relativa ao I Plano de Fomento motivou posições claramente antagónicas entre os deputados Jacinto Ferreira e Proença Duarte, nos inícios de dezembro de 1952. Enquanto Jacinto Ferreira, no excerto da sua intervenção transcrita no documento 3, considera o plano em discussão mais um plano de obras públicas do que um verdadeiro plano de fomento, referindo claramente que "nem toda a obra pública é obra de fomento", Proença Duarte contrapõe, no dia seguinte, conforme o documento 4, que o plano em debate constitui um verdadeiro plano de fomento porquanto se apresenta como "um conjunto orgânico e sistematizado de realizações extraordinárias a levar a efeito durante um período predeterminado".

Outra das críticas que faz o deputado Jacinto Ferreira ao plano tem a ver com o que considera ser a consagração da "falta de sentido de unidade da nação portuguesa" por não "abater as barreiras alfandegárias entre as diversas províncias de Portugal" e por, pelo contrário, contribuir para o fracionamento da nação ao propor diferentes medidas para a metrópole e para os territórios ultramarinos. Já o seu opositor, no documento 4, considera que tal não se verifica por o plano considerar, "simultânea e articuladamente, a economia metropolitana e as economias ultramarinas", e vai mais longe ao considerar que o plano "dá tratamento de igualdade" ao que designa por um "todo indivisível", de harmonia, entre outros aspetos, com "a interdependência das economias nacionais".

Continua, no documento 3, o deputado primeiramente referido, lamentando que seja previsto destinar uma avultada verba para a criação de escolas técnicas em prejuízo de melhor destino que considerava ser a remodelação das instalações de ensino científico, técnico e cultural. Sobre a mesma matéria, o deputado Proença Duarte, no documento 4, declara apoiar inteiramente o desenvolvimento do ensino técnico, pois considera-o essencial para a pretendida melhoria do rendimento do trabalho nacional.

Grupo II

1. Escolher três:

-doc. 1: as eleições não resultaram de qualquer pressão exterior; doc. 2: as eleições foram convocadas para responder à pressão internacional favorável à democracia;

doc. 1: as eleições foram convocadas no respeito pelo regular funcionamento das instituições políticas do regime; doc. 2: as eleições foram convocadas para dar a imagem de que Portugal se integrava na nova ordem política saída da Segunda Guerra Mundial;

doc. 1: as eleições seriam livres e a oposição poderia fazer a sua campanha com inteira liberdade; doc. 2: as eleições não seriam verdadeiramente livres, dadas a intimidação e a repressão de que eram alvos os membros da oposição;

doc. 1: as oposições tinham inteira liberdade para criticarem o regime e o governo; doc. 2: a Censura impedia o livre exercício do pensamento e da sua expressão.